

OS PESCADORES DO PASSO DOS NEGROS – ANTROPOLOGIA, ARQUEOLOGIA E POLÍTICA

ANDRÉ DAL BOSCO CARLETTO¹; ISIS KARINAE SUÁREZ PEREIRA ²;
GUSTAVO FIORINI MARQUES³; LOUISE PRADO ALFONSO⁴

¹UFPEL– andrecarletto.arqueologia@gmail.com

²UFPEL– isiskspereira94@gmail.com;

³UFPEL– gustavo.fiorini_@outlook.com

⁴UFPEL– louise_alfonso@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho integra o projeto *Narrativas do Passo Dos Negros: exercício e etnografia coletiva para antropólogos/as em formação*, hoje projeto de extensão, mas desenvolvido desde 2014 no âmbito do projeto de pós doutorado *Um olhar sobre o passado e o presente do negro em Pelotas: possibilidades de inclusão da comunidade no discurso e na prática arqueológica*. O projeto de extensão é desenvolvido pela prática da etnografia coletiva, propondo diálogo interdisciplinar, principalmente entre Antropologia e Arqueologia, mas também Psicologia, História, Geografia e Letras. A pesquisa e as atividades de extensão se desenvolvem numa região chamada de Passo dos Negros, próximo ao bairro Navegantes, na beira do canal São Gonçalo. O grupo que apresentaremos neste trabalho são os pescadores. Pretendemos, a partir de problemáticas levantadas em campo, debater temas como cidadania, políticas de pesca e demanda territorial.

Acreditamos numa ciência engajada politicamente com os grupos sociais estudados. Sendo assim, vemos que as pesquisas de extensão possibilitam o diálogo com as comunidades invisibilizadas no meio acadêmico e a possibilidade de promover protagonismo de agentes sociais que se encontram em diferentes processos de exclusão. Tornando, dessa maneira, os saberes dos “outros”, considerados não científicos, legítimos perante a universidade (CARVALHO, 2004).

O pensamento moderno criou divisões de pensamento binárias e quase sempre opostas. Como exemplo, ressaltamos a ciência como uma ferramenta diferente da política (LATOURET, 1994), pois superar dicotomias modernas é um desafio para os cientistas contemporâneos. Se antes a ciência era influenciada pela sociedade, hoje (por pautarmos nossa sociedade pela ciência) mudar a ciência implica numa mudança social (SANTOS, 2010). Pois, como relata Latour e Woolgar, a ciência apesar de tentar, não está a par da sociedade (1979).

Considerando os debates anteriormente citados, compreendemos que os discursos oficiais do Estado e da ciência contradizem as realidades dos grupos sociais vulneráveis. Por tudo isto, o nosso trabalho surge como uma contraproposta do discurso oficial, considerando estes grupos em processo de exclusão, tais como os pescadores, como agentes sociais. O nosso esforço funciona a partir de um trabalho colaborativo, com a ideia de criar novos discursos que possam ser usados como formas de empoderamento dessa comunidade.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é pensado como uma proposta de diálogo interdisciplinar entre Antropologia e Arqueologia - como proposto pelo curso de Antropologia da UFPel. São áreas afins por pensarem em abordagens holísticas da cultura, como Franz Boas propunha (SYMANSKI, 2014). A Arqueologia dialoga com a Antropologia e a etnografia de diferentes formas no decorrer do tempo. A proposta de participação política e engajamento social da Arqueologia, comumente chamada de Arqueologia Pública vêm sendo citada como uma forma de Antropologia Aplicada (BEZERRA, 2011).

Roberto Cardoso de Oliveira descreve o trabalho do antropólogo na prática de olhar, ouvir e escrever, pensando nestas três etapas enquanto atos cognitivos do campo e como atos disciplinados do pesquisador (1994). Enquanto antropólogos em formação, estamos sendo disciplinados nessas práticas, sendo o projeto de extensão um modo de colocar em prática esses atos. Para Oliveira, a empreitada antropológica é solitária, diferenciando-se da nossa realidade.

A etnografia coletiva configura-se como um método de ensino, usado em diversos cursos de graduação na área. Por ser uma área de formação recente no Brasil, ainda não existem discussões sobre este novo fazer antropológico, mas como mencionado por Mariza Peirano (2014) a etnografia se renova no seu fazer e este fazer configura não apenas a ida a campo e escrita, mas também pela construção prévia do conhecimento, com leituras etnográficas que apresentam a teoria antropológica. Somam-se a isto os dados encontrados em campo que conversam com a teoria e na escrita constroem a antropologia. Por estas razões Peirano considera que a etnografia não é apenas um método.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo específico inicial não era trabalhar com os pescadores, mas a pesquisa etnográfica ampliou-se de tal modo que não foi possível desconsiderar a participação deles. Desde as primeiras idas a campo, os pescadores demonstraram interesse em conversar com o grupo, saíam das suas casas, se juntavam nas conversas com outras pessoas, nos convidavam para conhecer seus barcos e um pouco de suas histórias de vida. Possibilitando um acesso fácil, algo custoso nas pesquisas etnográficas. Assim, como muitos outros moradores da região, acreditavam que éramos agentes do Estado, tornando o discurso deles dirigido.

A conversa com os pescadores se iniciou por morarem na beira do canal, próximo ao antigo engenho. Apesar de serem moradores de poucas décadas do espaço, de terem vindo de outros lugares, das suas famílias não terem relação com o engenho, os pescadores tinham as suas narrativas sobre o lugar, criando uma trajetória do Passo com o resto da cidade, local de onde vinham. A relação que eles têm com a água é muito forte, pois vieram para a região apenas com o barco, com o intuito de pescar, mas suas casas e famílias ficavam em outras regiões distantes da cidade de Pelotas.

Relataram-nos como estava difícil a situação da pesca, a falta de peixe e a água poluída dificulta a vida e a sobrevivência destes enquanto pescadores. Além disso, criticavam as políticas de pesca que pouco são úteis para eles, tendo em vista a ausência de políticas regionais que dialogariam mais com o contexto e as dificuldades do grupo. O auxílio que recebiam não era suficiente para sustentar a família, além de ser de difícil acesso, por terem que ir até Rio Grande buscar o benefício, por exemplo, as cestas básicas, tornando-se inviável pois muitos não

possuem condições financeiras de realizar a viagem até o município vizinho. Atualmente tal quadro encontra-se ainda mais instável, tendo em vista a extinção do Ministério da Pesca e as atribuições deste terem sido incorporadas ao Ministério da Agricultura.

Pensar cidadania na Antropologia implica em trabalhar o acesso aos direitos e deveres a partir do ponto de vista do “outro”. Cidadania é um conceito jurídico-político, “o direito de ter direitos” (DAGNINO, 1994). Com a Antropologia, o conceito ganha especificidades de grupos, percebe-se os direitos a partir do beneficiado (ou não), criando a possibilidade de antropólogos desenvolverem pesquisas que problematizem o acesso à direitos e transformarem os seus textos em ferramentas que auxiliem intervenções institucionais pensando na inclusão de grupos subordinados da sociedade.

As famílias de pescadores nos relataram a preocupação de serem desapropriadas da margem do São Gonçalo, onde alguns deles estão instalados há mais de 20 anos. Por essa constante ameaça, não reformam as suas casas e utilizam como principal material construtivo a madeira, que é mais acessível, mais barata e pode ser reutilizada caso tenham que sair do lugar que habitam. O lugar não é apenas onde desenvolvem a pesca, mas também onde foram criadas redes de famílias e relações de vizinhança (BOTH, 1976). Caso sejam desapropriados, essas redes correm o risco de desagregarem-se, desestruturarem-se e desaparecerem enquanto unidade social (CARVALHO & WEIMER, 2003).

4. CONCLUSÕES

A pesquisa desenvolvida permite problematizar o exercício da cidadania dos grupos estudados e a participação de antropólogos em assuntos institucionais. Este é um projeto de extensão que permite pensar em uma flexibilização do ensino gerando resultados positivos, para a universidade, para o aluno e para a comunidade, demonstrando que é possível que a ciência esteja engajada de/para a sociedade. O projeto *Narrativas do Passo Dos Negros: exercício e etnografia coletiva para antropólogos/as em formação* mais do que ensinar a fazer etnografia, ensina a fazer política simetricamente. Nesse sentido, compreendemos também que os projetos de extensão são muito importantes dentro do curso de Antropologia, por permitir um ensino e uma relação maior com as pessoas de fora da universidade.

A questão não é pensar qual ciência estamos fazendo, mas sim para quem e para quê nossas pesquisas servem. O projeto de extensão nos fez pensar que enquanto pesquisadores, temos deveres para e com a sociedade. Nossas pesquisas não devem responder apenas expectativas acadêmicas, mas também responder às demandas gerais ou pontuais das comunidades, considerando seus diferentes aspectos e seus diferentes modos de fazer política e cidadania. Este processo demonstra que a dicotomia entre ciência e política pode ser repensada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, M. As Moedas dos Índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, p. 57-70, 2011.

BOTH, E. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Aleves, 1976.

- CARVALHO, J. J. A prática da extensão como resistência ao eurocentrismo, ao racismo e à mercantilização da universidade. **Série Antropologia**. Brasília, v.1, n.363, p 1-23, 2004.
- CARVALHO, A. P. C. de; WEIMER, R. Parâmetros para intervenções do Poder Público. **Relatório Técnico: Família Silva: resistência negra no bairro Três Figueiras**, Porto Alegre, 2003.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E org. **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1994.
- LATOUR. B. **Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LATOUR, B., WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção do conhecimento científico**. Rio de Janeiro: Relumê Dumara, 1997.
- OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do Antropólogo**. UNESP, 2000.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos** Porto Alegre, v. 20, p. 377-391, 2014.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as Ciências**. 7ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2010 [1987].
- SYMANSKI, L. C. Arqueologia – Antropologia ou História? Origens e tendências de um debate epistemológico. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 10-39, 2014.